

Você disse “popular”?

Pierre Bourdieu

Collège de France

Tradução de Denice Barbara Catani

Este texto foi publicado sob o título “Vous avez dit ‘populaire?’”, em *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº 46, março, 1983, p. 98-105, Paris.

POPULAIRE adj. (*Populeir*, XII^e; lat. *Popularis*). 1° Qui appartient au peuple, émane du peuple. Gouvernement populaires. “*Les politiques grecs qui vivaient dans le gouvernement populaire*” (MONTESQ). V. *Démocratique*. *Démocraties populaires*. *Insurrection, manifestation populaire*. *Front populaire*: union des forces de gauche (communistes, socialistes, etc.) *Les masses populaires*. 2° Propre au peuple. *Croyance, traditions populaires*. *Le bon sens populaire*. - Ling. Qui est crée, employe par le peuple et n’est guère en usage dans la bourgeoisie et parmi les gens cultivés. *Mot, expression populaire, locution populaire*. *Latin populaire*. *Expression, location, tour populaire*. À l’usage du peuple (et qui en emane ou nom). *Roman, spectacle populaire*. *Chansons populaires*. *Art populaire* (V. *Folklore*). - (*Personnes*) Qui s’adresse au peuple. “*Vous ne devez pas avoir de succes comme orateur populaire*” (MAUROIS). Qui se recrute dans le peuple, que frequente le peuple. *Milieux, classes populaires*. “*Ils ont trouvé une nouvelle formule: travailler pour une clientele franchement populaire*” (ROMAINS). *Origines populaires*. V. *Plébéien*. *Bals populaires*. *Soupes* populaires*. 3° (1559). Qui plait

au peuple, au plus grand nombre. *Henri IV était un roi populaire*. *Mesures populaire*. “*Hoffmann est populaire en France, plus populaire qu’en Allemagne*” (GAUTIER). 4° *Subst.* (Vx). *Le populaire*, le peuple. ANT. (Du 3°) *Impopulaire*.

As locuções que comportam o epíteto mágico de “popular” estão protegidas contra a análise pelo fato de que toda crítica de uma noção que diz respeito de perto ou de longe ao “povo” corre o risco de ser imediatamente identificada como uma agressão simbólica à realidade designada — logo, imediatamente fustigada por todos aqueles que se sentem no dever de tomar o partido e defender a causa do “povo”, assegurando, assim, os lucros que também podem ser obtidos, sobretudo nas conjunturas favoráveis, com a defesa de “boas causas”.¹

¹ O fato de os custos da objetivação científica serem particularmente elevados para um ganho especialmente fraco — ou negativo — não significa nada para o estado do conhecimento nessas matérias.

Isso vale para a noção de “linguagem popular”, que a exemplo de todas as locuções da mesma família (“cultura popular”, “arte popular”, “religião popular” etc.) define-se apenas relacionalmente, como o conjunto daquilo que é excluído da língua legítima, entre outras coisas, pela ação contínua de inculcação e imposição mesclada de sanções que é exercida pelo sistema escolar.

Como os dicionários de gíria ou do “francês não-convencional” revelam com toda clareza, o léxico dito “popular” é o conjunto de palavras excluídas dos dicionários da língua legítima ou que aparecem ali afetadas por “marcas de uso” negativas: *fam.*, familiar, “isto é, corrente na língua falada comum e na língua escrita mas um pouco livre”; *pop.*, popular, “isto é, corrente nos meios populares das cidades, mas censurada ou evitada pelo conjunto da burguesia cultivada” (*Petit Robert*, 1979, p. XVII). Para definir com todo o rigor essa “língua popular” ou “não-convencional”, que seria muito proveitoso passar a chamar de *pop.* — para impedir que as condições sociais de sua produção sejam esquecidas — seria necessário precisar o que se coloca sob a expressão “meios populares” e o que se entende por uso “corrente”.

Tal como os conceitos de “classes populares”, “povo” ou “trabalhadores”, conceitos de geometria variável cujas virtudes políticas se devem ao fato de que se pode ampliar à vontade o referente até incluir nele — em período eleitoral, por exemplo — os camponeses, os executivos e os gerentes ou, ao contrário, restringi-lo somente aos operários da indústria, isto é, aos metalúrgicos (e a seus representantes nomeados), a noção de “meios populares”, de extensão indeterminada, deve suas virtudes mistificadoras, na produção erudita, ao fato de que qualquer um pode, como num teste projetivo, manipular inconscientemente essa extensão para ajustá-la aos seus interesses, preconceitos ou fantasmas sociais. Assim, em se tratando de designar os locutores da “linguagem popular”, todo mundo estará de acordo em pensar sobre o “meio”, em nome da idéia segundo a qual os “machões” desempenham um papel determinante na produção e circulação da gíria, decididamente

afastada dos dicionários legítimos. Também não se deixará de incluir os operários de origem urbana que a palavra “popular” evoca quase automaticamente, enquanto os camponeses serão rejeitados sem mais justificativa (sem dúvida por se saber que estes estão destinados à *região*, ao regional). Mas nem mesmo se chegará a perguntar — e eis aí uma das funções mais preciosas das noções muito amplas, dessas que abrigam de tudo — se seria ou não necessário excluir os pequenos comerciantes e em especial os gerentes de restaurantes, que sem dúvida a imaginação populista rejeitará mesmo que em termos de cultura e língua eles estejam indiscutivelmente mais próximos dos operários do que dos empregados e executivos médios. E, em todo caso, é certo que o fantasma — mais alimentado de filmes de Carné do que de observações — que orienta com mais frequência a adesão folclórica de trânsfugos nostálgicos para os representantes mais “puros”, mais “autênticos” do “povo” exclui liminarmente todos os imigrantes, espanhóis ou portugueses, argelinos ou marroquinos, sudaneses ou senegaleses, os quais, como se sabe, ocupam na população dos operários da indústria um lugar mais importante do que no proletariado imaginário.²

Bastaria submeter a um exame análogo as populações que supostamente produzem ou consomem o que se chama de “cultura popular” para encontrar a confusão na coerência parcial que quase sempre recobre *as definições implícitas*: o “meio”, que desempenha um papel central no caso da “linguagem popular”, será aqui excluído, assim como o *lumpemproletariado*, enquanto que a eliminação dos camponeses já não será tão evidente, ainda que a coexistência dos operários, que são inevitáveis, com camponeses não se faça sem dificuldades. No caso da “arte popular”, como poderá evidenciar um exame desta outra objetivação do “popular” que são os “museus de artes e tradições populares”, o “povo” pelo menos, até recentemente, reduzia-se

² É conhecido o papel que podem desempenhar semelhantes exclusões, conscientes ou inconscientes, na utilização que o nacional-socialismo faz da palavra *völkisch*.

aos camponeses e aos artesãos rurais. E o que dizer da “medicina popular” ou da “religião popular”? Neste caso, os camponeses, ou as camponesas, são tão imprescindíveis quanto os “machões”, no caso da “língua popular”.

Em seu esforço de tratar como uma “língua” — isto é, com todo o rigor que se costuma reservar à língua legítima — todos os que tentam descrever ou escrever o *pop.*, lingüistas ou escritores, são condenados a produzir artefatos quase sem relação com o falar coloquial que os locutores mais estranhos à língua legítima empregam em suas trocas internas.³ Assim, para se conformar ao modelo dominante do dicionário, que só deve registrar palavras atestadas “por frequência e duração apreciáveis”, os autores dos dicionários do francês não-convencional apóiam-se exclusivamente nos textos⁴ e, operando uma seleção no interior de uma seleção, submetem cada linguajar em estudo a uma alteração essencial no tocante às frequências que fazem toda a diferença entre as linguagens e os mercados nos quais o falar é mais ou menos tenso ou pouco à vontade;⁵ esquecem, entre outras coisas, que para escrever um linguajar que, tal como o das classes populares, exclui a intenção *literária* (e não a transcrição ou os registros), é preciso ser oriundo das situações e mesmo da condição social na qual ele é falado; esquecem também que o interesse pelos “achados” ou o simples fato de se fazer uma adesão seletiva, ao excluir tudo o que se encontra *também* na língua padrão, confunde a estrutura das frequências.

Se, a despeito de suas incoerências e incertezas, e também graças a elas, as noções pertencentes à família do “popular” podem prestar muitos serviços, e até no discurso erudito, é porque elas es-

³ Cf. H. Bauche (1920), P. Guiraud (1965), e, também, na mesma perspectiva, H. Frei [1929] (1971).

⁴ Cf. J. Cellard e A. Rey (1980, p. VIII).

⁵ Basta indicar, por exemplo, que no discurso colhido no mercado mais informal — uma conversa entre mulheres — o léxico da gíria está quase totalmente ausente; só aparece, no caso observado, quando uma das interlocutoras

tão profundamente encerradas na rede de representações confusas que os sujeitos sociais engendram, para as necessidades do conhecimento corriqueiro do mundo social e cuja lógica é a da razão mítica. A visão do mundo social e, em especial, a *percepção dos outros*, de sua *hexis* corporal, da forma e do volume de seu corpo e sobretudo de seu rosto, mas também da sua voz, da sua pronúncia e do vocabulário, organiza-se, de fato, segundo oposições interconectadas e parcialmente independentes, das quais se pode fazer uma idéia recenseando os recursos expressivos depositados e conservados na língua, em particular no *sistema de pares de adjetivos* que os usuários da língua legítima empregam para classificar os outros e julgar sua *qualidade* e nos quais o termo que designa as propriedades imputadas aos dominantes representam sempre o valor positivo.⁶

Se a ciência social deve ter uma posição privilegiada para a ciência do conhecimento cotidiano do mundo social, isso não é somente com uma intenção crítica e com vistas a desembaraçar o pensamento do mundo social de todos os pressupostos que ele tende a aceitar mediante as palavras e os objetos que elas constróem (‘língua popular’, ‘gíria’, ‘dialeto’ etc.).

refere-se às conversas de um homem (“Some já daqui”), de quem ela rapidamente diz: “É assim que ele fala, é um velho malandro de Paris, não tem dúvida, ele tem um jeito meio cafajeste, com aquele boné sempre de lado, a gente logo vê!”. Um pouco mais adiante a mesma pessoa reemprega a palavra “grana” pouco depois de ter contado as conversas de um gerente de restaurante na qual a palavra apareceu (cf. Y. Delsaut, 1975, p. 33-40). A análise empírica deveria limitar-se a determinar o sentimento que os locutores têm da inclusão de uma palavra na gíria ou na língua legítima (ao invés de impor a definição do observador) o que permitiria, entre outras coisas, compreender vários traços descritos como “falhas”, que são o produto de um senso de distinção mal-investido.

⁶ É por essa razão que, sob a aparência de girar em círculo ou no vazio, como tantas definições circulares ou tautológicas da vulgaridade e da distinção, a linguagem legítima torna-se, com tanta frequência, privilégio dos dominantes.

Também esse conhecimento prático contra o qual a ciência deve se construir — e de início esforçando-se por objetivá-lo — é parte integrante do próprio mundo que a ciência visa a conhecer: ele contribui para fazer esse mundo contribuindo para constituir a visão que os agentes podem ter e orientando por ela suas ações, em particular aquelas que visam a conservá-lo ou a transformá-lo. Assim, uma ciência rigorosa da sociolinguística espontânea que os agentes operam para antecipar as reações dos outros e para impor a representação que querem dar de si próprios permite, entre outras coisas, compreender uma boa parte daquilo que, na prática linguística, é o objeto ou o produto de uma intervenção consciente, individual ou coletiva, espontânea ou institucionalizada: por exemplo, todas as *correções* que os locutores se impõem ou lhes são impostas — na família ou na escola — com base no conhecimento prático, parcialmente registrado na própria linguagem (o “sotaque parisiense”, “marselhês”, “faubourgueano” ou de subúrbio* etc.), de correspondências entre as diferenças linguísticas e as diferenças sociais, bem como a partir de uma correção mais ou menos consciente de traços linguísticos marcados ou identificados como imperfeitos ou falhos (notadamente em todos os hábitos linguísticos do tipo “diz-que-diz-que”), ou, ao contrário, como formas de valorização e distinção.⁷

A noção de “linguagem popular” é um dos produtos da aplicação de taxionomias dualistas que

* A tradução “sotaque parisiense” corresponde a *accent pointu* que é a forma pela qual os habitantes da região sul da França se referem à pronúncia dos parisienses, que consideram desagradável. Sotaque “faubourgueano” ou de subúrbio corresponde a *accent faubourien*, expressão que designa o sotaque de bairros parisienses periféricos, ditos populares. (N. T.)

⁷ Sendo determinado o papel que a sociolinguística espontânea e as intervenções expressas das famílias ou da escola (que ela suscita e orienta) desempenham na manutenção ou na transformação da língua, uma análise sociolinguística da mudança linguística não pode ignorar essa espécie de *direito* ou de *costume linguístico* que comanda principalmente as práticas pedagógicas.

estruturam o mundo social segundo as categorias de alto e baixo (a linguagem “baixa”), do fino e do grosseiro (as palavras grosseiras), do licencioso (as brincadeiras pesadas), do distinto e do vulgar, do raro e do comum, da ordem e da negligência, logo, da cultura e da natureza (não se fala de “gíria de bandidos” e de “palavras cruas”?). São essas categorias míticas que introduzem um corte nítido no continuum dos linguajares, ignorando, por exemplo, todos os entrecruzamentos do linguajar relacionado dos locutores dominantes (o *fam.*) e do linguajar tenso dos locutores dominados (que observadores como Bauche ou Frei incluem no *pop.*), e sobretudo a diversidade extrema dos linguajares que são globalmente lançados na classe negativa de “linguagem popular”.⁸

Mas, por uma espécie de desdobramento paradoxal, o que constitui um dos efeitos corriqueiros da dominação simbólica, os próprios dominados, ou pelo menos certas frações dentre eles, podem aplicar ao seu próprio universo social princípios de divisão (tais como forte/fraco, submisso; inteligente/sensível, sensual; duro/frouxo, flexível; direito, franco/torto, astucioso, falso etc) em cuja ordem se reproduz a estrutura fundamental do sistema de oposições dominantes em matéria de linguagem.⁹ Essa representação do mundo social re-

⁸ Mesmo aceitando a divisão que está no princípio da própria noção de “linguagem popular”, Henri Bauche observa que “a fala burguesa no seu uso familiar apresenta numerosos traços comuns com a língua vulgar” (1920, p. 9). E, mais adiante: “As fronteiras entre a gíria — as diversas gírias — e a linguagem popular são algumas vezes difíceis de determinar. Também são bastante vagos, por um lado, os limites entre a linguagem popular e a linguagem familiar e, por outro, entre a linguagem popular propriamente dita e a linguagem de pessoas comuns, simplórias, daquelas que, sem serem precisamente do povo, têm falta de instrução ou educação: aqueles que os ‘burgueses’ qualificam de simples” (idem, p. 26).

⁹ Ainda que por razões complexas, e que será necessário examinar, a visão dominante não ocupe aí uma posição central, a oposição entre o masculino e o feminino é um dos princípios a partir dos quais se engendram as oposições

tém o essencial da visão dominante por meio da oposição entre a virilidade e a docilidade, a força e a fraqueza, os verdadeiros homens, os “machos”, os “valentões” e os outros, seres femininos ou efeminados, destinados à submissão e ao desprezo.¹⁰ A gíria, de que é feita a “linguagem popular” por excelência, é o produto desse desdobramento que leva a aplicar à própria “linguagem popular” os princípios de divisão dos quais ela é produto. O sentimento obscuro de que a adequação lingüística encerra uma forma de reconhecimento e de submissão, destinada a fazer duvidar da virilidade dos homens que a ela se sacrificam,¹¹ junto com a busca ativa da diferença distintiva, que faz o estilo, conduzem à recusa do “fazer demais”. Isto leva a rejeitar os aspectos mais fortemente marcados do falar dominante, em especial as pronúncias ou as formas sintáticas mais difíceis, simultaneamente a uma pesquisa da expressividade, baseada na transgressão das censuras dominantes — principalmente em matéria de sexualidade — sobre uma vontade de se distinguir das formas de expressão correntes.¹² A transgressão das normas oficiais, lingüísti-

mais típicas do “povo” como massa fêmea, versátil e ávida de prazer (segundo a antítese da cabeça e do ventre).

¹⁰ É o que faz a ambigüidade da exaltação do falar “autêntico”: a visão de mundo que aí se exprime e as virtudes viris dos “machões” acham seu prolongamento natural no que tem sido chamado “direito popular” (cf. Z. Sternhell, 1978), combinação fascistoide de racismo, nacionalismo e autoritarismo. E compreende-se melhor a aparente bizarrice que representa o caso de Céline.

¹¹ Tudo parece indicar que, com o prolongamento da escolaridade, o personagem do “machão” se constitui hoje a partir da escola e contra todas as formas de submissão que ela impõe.

¹² O que leva a excluir inconscientemente a própria possibilidade de uma diferença (de tato, de invenção, de competência etc.) e de uma busca de diferença é um dos efeitos do racismo de classe, para o qual todos os “pobres”, como os amarelos e os negros, se assemelham. A exaltação indiferenciada do “popular” que caracteriza o populismo pode conduzir, assim, a um êxtase ingênuo diante de manifestações que os “nativos” julgam ineptas, imbecis ou gros-

cas ou outras, é dirigida tanto contra os dominados “comuns” que a ela se submetem, quanto contra os dominantes ou, *a fortiori*, contra a dominação enquanto tal. A licença lingüística faz parte do *trabalho de representação* e evidencia o que os “machões”, sobretudo adolescentes, devem providenciar para impor aos outros e a si próprios a imagem do “valentão” desiludido de tudo e pronto a tudo, que se recusa a ceder ao sentimento e a sacrificar-se às fraquezas da sensibilidade feminina. E, de fato, a degradação sistemática dos valores morais ou estéticos, na qual todos os analistas reconhecem a “intenção” profunda do léxico da gíria, é de início uma afirmação de aristocratismo, mesmo quando consegue, ao se difundir, corresponder à propensão de todos os dominados a incluir a distinção, ou seja, a diferença específica, no gênero comum, na universalidade do biológico, por meio da ironia, do sarcasmo ou da paródia.

Forma distinta — aos próprios olhos de alguns dominantes — da linguagem “vulgar”, a gíria é o produto de uma busca de distinção, mas dominada e condenada; daí produzir efeitos paradoxais, que não podem ser compreendidos, encerrando-os na alternativa da resistência ou da submissão, que comanda a reflexão comum sobre a “linguagem (ou a cultura) popular”. Basta, com efeito, sair da lógica da visão mítica para perceber os efeitos de contrafinalidade que são inerentes a toda posição dominada; uma vez que a busca de distinção leva os dominados a afirmarem o que os distingue, isto é, aquilo mesmo em nome do que são dominados e constituídos como vulgares, segundo uma lógica análoga à que leva os grupos estigmatizados a reivindicarem o estigma como princípio de sua identidade, é necessário falar de resistência? E quando, inversamente, eles trabalham para perder o que os marca como vulgares e para se apropriar do que lhes permite serem assimilados, pode-se falar de submissão?

seiras ou, o que dá no mesmo, pode levar a reter apenas aquilo que foge ordinariamente do “comum” e a considerá-lo como representativo da linguagem ordinária.

Para escapar aos efeitos do modo de pensamento dualista que leva a opor uma linguagem “padrão”, medida de toda linguagem, e uma linguagem “popular”, é preciso voltar ao modelo de toda produção lingüística e redescobrir o princípio da extrema diversidade dos linguajares que resulta da diversidade de combinações possíveis entre as diferentes classes de *habitus* lingüísticos e de mercados. Entre os fatores determinantes do *habitus* que parecem pertinentes do ponto de vista da propensão a reconhecer (no duplo sentido) as *censuras* constitutivas dos mercados dominantes ou a se beneficiar das *liberdades necessárias* oferecidas por alguns mercados livres de uma parte, e, de outra parte, da capacidade de satisfazer às exigências de uns e de outros, pode-se assim apontar: o *sexo*, princípio de relações muito diferenciadas com os diferentes mercados possíveis — e, em particular, no mercado dominante —; a *geração*, isto é, o modo de geração, familiar e sobretudo escolar, da competência lingüística; a *posição social*, caracterizada, principalmente, do ponto de vista da composição social do meio de trabalho e das trocas socialmente homogêneas (com os dominados) ou heterogêneas (com os dominantes, no caso, por exemplo, do pessoal do setor de serviços) que ela favorece; a *origem social*, *rural* ou *urbana* e, nesse caso, *antiga* ou *recente* e, enfim, a origem *étnica*.

Certamente, é com os homens e, entre eles, com os mais jovens e os menos integrados, atualmente e sobretudo de forma potencial, na ordem econômica e social, como os adolescentes oriundos de famílias imigradas, que se encontra a recusa mais marcante à submissão e à docilidade implicadas na adoção de maneiras de falar legítimas. A moral da força — que encontra seu complemento no culto da violência e nos jogos quase-suicidas, moto, álcool ou drogas pesadas, onde se afirma a relação com o futuro para aqueles que nada têm a esperar do futuro — é, sem dúvida, apenas uma das maneiras de fazer da necessidade, virtude. A opção ostensiva pelo realismo e pelo cinismo, a recusa ao sentimento e à sensibilidade, identificadas a uma compaixão feminina ou efeminada, essa espécie de dever de dureza, tanto para si como para os outros, que con-

duz a audácias desesperadas do aristocratismo de pária, são um modo de fazer parte de um mundo sem saída, dominado pela miséria e pela lei da selva, a discriminação e a violência, onde a moralidade e a sensibilidade não trazem nenhum proveito.¹³ A moral que constitui a transgressão como dever impõe uma resistência ostensiva às normas oficiais, lingüísticas ou outras, que só pode ser mantida permanentemente ao preço de uma tensão extraordinária e, sobretudo para os adolescentes, com o reforço constante do grupo. Como o realismo popular, que supõe e produz o ajustamento das esperanças às oportunidades, ela constitui um mecanismo de defesa e de sobrevivência: aqueles que têm obrigação de se colocar fora da lei para obter as satisfações que outros obtêm nos limites da legalidade conhecem bem o alto custo da revolta. Como bem observa Paul E. Willis (1978, especialmente p. 48-50), as poses e posturas de bravata (por exemplo, com relação à autoridade e diante da polícia) podem coexistir com um conformismo profundo para tudo o que toca às hierarquia, e não somente entre os sexos; e a dureza ostentatória que impõe o respeito humano não exclui de maneira simples a nostalgia da solidariedade, isto é, da afeição que, ao mesmo tempo, plena e reprimida pelas trocas altamente censuradas do bando, exprime-se ou se trai nos momentos de abandono. A gíria — e aqui está, com o efeito de imposição simbólica, uma das razões de sua difusão, bem além dos limites do “meio” propriamente dito — constitui uma das expressões exemplares e, se pudermos dizer ideais, com a qual a expressão propriamente política deverá contar, isto é, compor, da visão edificada, no essencial, contra a “fragilidade” e a “submissão” femininas (ou

¹³ Os jovens “machões” oriundos de famílias imigradas representam sem dúvida, um limite ao qual podem chegar até a recusa total da sociedade “francesa”, simbolizada pela escola e também pelo racismo cotidiano; representam a revolta de adolescentes oriundos de famílias mais desprovidas econômica e culturalmente que, com frequência, encontra sua origem nas dificuldades, decepções ou fracassos escolares.

efeminadas), que os homens mais desprovidos de capital econômico e cultural têm da sua identidade viril e de um mundo social inteiramente ordenado sob o signo da dureza.¹⁴

É preciso cuidado, entretanto, para não ignorar as transformações profundas que sofrem, em sua função e sua significação, as palavras ou as locuções emprestadas quando passam para o linguajar comum das trocas cotidianas. Nesse sentido alguns dos produtos mais típicos do cinismo aristocrático dos “machões” podem, em seu uso comum, funcionar como uma espécie de convenção neutralizada e neutralizante que permite aos homens dizer, nos limites de uma estrito pudor, a afeição, o amor, a amizade, ou simplesmente nomear os seres amados, os pais, os filhos, a esposa (o uso, mais ou menos irônico, de termos de referência como “a patroa”, “rainha-mãe” ou “minha burguesa” permitem, por exemplo, escapar às formas “minha mulher” ou o simples prenome, percebidos como familiares demais).¹⁵

No extremo oposto na hierarquia das disposições com relação à linguagem legítima estariam, sem dúvida, as mais jovens e as mais escolarizadas entre as mulheres, que, mesmo ligadas pelo ofício ou pelo casamento ao universo de agentes pouco

dotados de capital econômico e cultural, sem dúvida, têm uma sensibilidade para as exigências do mercado dominante e uma capacidade para responder a elas que as aproxima da pequena burguesia. Quanto ao efeito da geração, este se confunde no essencial com o efeito das transformações do modo de geração, isto é, do acesso ao sistema escolar que, sem dúvida, representa o mais importante dos fatores de diferenciação entre as idades. Entretanto, não é certo que a ação escolar exerça o efeito de homogeneização das competências que ela se atribui e que se tem tentado imputar-lhe. De início, porque as normas escolares de expressão, mesmo quando aceitas, podem permanecer circunscritas, em sua aplicação, às produções escolares orais e sobretudo escritas. A seguir, porque a Escola tende a distribuir os alunos em classes tão homogêneas quanto possível, segundo os critérios escolares e, correlativamente, do ponto de vista dos critérios sociais, de maneira que o grupo dos pares tende a exercer efeitos de tal natureza que, conforme se desce na hierarquia social dos estabelecimentos e ciclos, e, portanto das origens sociais, a oposição aos efeitos produzidos pela ação pedagógica é mais forte. E enfim porque, paradoxalmente, ao criar grupos duráveis e homogêneos de adolescentes em ruptura com o sistema escolar e, através dele, com a ordem social, colocados em situação de quase inatividade e de irresponsabilidade prolongada,¹⁶ — esses agrupamentos homogêneos aos quais são relegadas as crianças das classes mais desprovidas e, principalmente, os filhos de imigrantes, sobretudo magrebins — tem-se, sem dúvida, contribuído para oferecer as condições mais favoráveis à elaboração de uma espécie de “cultura delinqüente”, que se exprime, entre outras manifestações, por um linguajar em ruptura com as normas de linguagem legítima.

Ninguém pode ignorar completamente a lei lingüística ou cultural e todas as vezes que os do-

¹⁴ Manifestação exemplar desse princípio de classificação e da amplitude de seu campo de aplicação, é o caso daquele pedreiro (antigo mineiro) que, convidado a classificar os nomes de profissões (num teste concebido sobre o modelo de técnicas empregadas para a análise componencial de termos de parentesco) e a dar um nome para as classes assim produzidas, exclui com um gesto de mão o conjunto das profissões superiores, cujo paradigma para ele era o apresentador de televisão, dizendo: “todos pederastas” (Pesquisa de Yvette Delsaut, Denain, 1978).

¹⁵ De modo mais geral, pelo fato de que a evocação mais ou menos brutal das coisas sexuais e a projeção atenuante do sentimental sobre o plano do fisiológico com frequência têm o valor de *eufemismos por hipérbole ou antífrase* e que, inversamente e por meio da negação, dizem mais por dizer menos, é que esse léxico muda completamente de sentido ao mudar de mercado, com a transcrição romanesca ou a adesão lexicológica.

¹⁶ O equivalente dessa situação só se encontra sob a forma do serviço militar, que era, sem dúvida, um dos principais lugares da produção e da inculcação de formas de falar da gíria.

minados entram numa troca com os detentores da competência legítima e, sobretudo, quando se encontram em situação oficial, eles são condenados a um reconhecimento prático, corporal, de leis de formação de preços os mais desfavoráveis às suas produções linguísticas, que os condenam a um esforço mais ou menos desesperado de correção ou ao *silêncio*. Em todo caso, pode-se classificar os mercados com os quais se defrontam segundo seu grau de autonomia: desde os mais completamente submetidos às normas dominantes (como aqueles que se instauram na relação com a justiça, a medicina ou a escola) até os mais completamente livres dessas leis (como aqueles que se constituem nas prisões ou em bandos de jovens). A afirmação de uma contralegitimidade linguística e, ao mesmo tempo, a produção de discursos fundada na ignorância mais ou menos deliberada das convenções e das conveniências características dos mercados dominantes são possíveis apenas nos limites dos *mercados livres*, regidos por leis de formação de preços que lhes são próprias, isto é, nos espaços próprios das classes dominadas, antros ou refúgios de excluídos — dos quais os dominantes são de fato excluídos, ao menos simbolicamente —, e para os detentores habituais dotados da competência social e linguística que é reconhecida nesses mercados. A gíria do “meio”, enquanto transgressão real dos princípios fundamentais da legitimidade cultural, constitui uma afirmação conseqüente de uma identidade social e cultural, não somente diferente, mas oposta, e a visão de mundo que aí se exprime representa o *limite* para o qual tendem os membros (masculinos) das classes dominadas nas trocas linguísticas *internas à classe* e, em especial, nas mais controladas e regulares dessas trocas, como aquelas do café, que são dominadas por completo pelos valores da força e da virilidade, um dos únicos princípios de resistência eficaz, junto com a política, contra as maneiras dominantes de falar e agir.

Os próprios mercados internos se distinguem segundo a *tensão* que os caracteriza e, simultaneamente, segundo o grau de censura que impõem, e pode-se levantar a hipótese de que a *frequência* das

formas mais pesquisadas (da gíria) decresce à medida que decresce a tensão dos mercados de competência linguística dos locutores: mínima nas trocas *privadas* e familiares (nesse caso, estão em primeiro lugar as trocas no seio da família), onde a independência em relação às normas do linguajar legítimo marca-se sobretudo pela liberdade, mais ou menos plena, de *ignorar* as convenções e as conveniências do linguajar dominante, sem dúvida, ela encontra o apogeu nas trocas *públicas* (quase exclusivamente masculinas) que impõem uma verdadeira *pesquisa estilística*, como os torneios verbais e lances ostentatórios de certas conversas de café.

Apesar da enorme simplificação que supõe, esse modelo evidencia a extrema diversidade dos discursos gerados, praticamente, na relação entre as diferentes competências linguísticas correspondentes às diferentes combinações de características vinculadas aos produtores e às diferentes classes de mercados. Mas, o modelo permite, por sua vez, esboçar o *programa de uma observação metódica* e reconhecer os casos das figuras mais significativas, entre as quais se situam todas as produções linguísticas dos locutores mais desprovidos de capital linguístico: primeiramente, as modalidades de discursos oferecidas por virtuosos nos mercados livres mais tensos — isto é, públicos — e em especial, a gíria. Em segundo lugar, estariam as expressões produzidas pelos mercados dominantes, ou seja, pelas trocas privadas entre dominantes e dominados ou pelas situações *oficiais* que podem tomar a forma da palavra embarçada ou confusa pelo efeito da intimidação ou do *silêncio*, a única forma de expressão que, com frequência, resta aos dominados. E enfim, os discursos produzidos pelas trocas familiares e privadas — por exemplo, entre mulheres —, essas duas últimas categorias de discursos sendo sempre excluídas por aqueles que, ao caracterizar as produções linguísticas pelas características únicas dos locutores, deveriam, segundo a boa lógica, incluí-los na “linguagem popular”.

O efeito de censura que exerce todo mercado relativamente tenso exerce pode ser observado no fato de que as conversas em lugares públicos reser-

vados (pelo menos em certas horas) aos homens adultos das classes populares, como alguns cafés, são fortemente ritualizadas e submetidas a regras estritas: não se vai ao bar somente para beber, mas também para participar ativamente de um divertimento coletivo capaz de proporcionar aos participantes um sentimento de liberdade com relação às necessidades comuns, de produzir uma atmosfera de euforia social e de gratuidade econômica para a qual o consumo de álcool, com certeza, só pode contribuir. Estão lá para rir e fazer rir e cada um deve, na medida de suas condições, lançar na troca suas boas palavras e brincadeiras, ou no mínimo, levar sua contribuição à festa, colaborando com o sucesso de outros pelo reforço ao riso, com exclamações de aprovação (“Ah! É isso aí!”). A posse de um talento de animador, capaz de encarnar, ao preço de um trabalho consciente e constante de pesquisa e acumulação, o ideal do “tipo brincalhão”, que traz em si uma forma aprovada de sociabilidade, é uma forma de capital muito precioso. Nesse sentido, o bom gerente de bar acha na sabedoria das convenções expressivas, conveniente a esse mercado, brincadeiras, boas histórias, jogos de palavras que sua posição permanente e central lhe permite adquirir e exibir. E também acha no seu conhecimento especial das regras do jogo e das particularidades de cada um dos jogadores, dos prenomes, apelidos, manias, defeitos, especialidades e talentos de que pode tirar partido, os recursos necessários para suscitar, entreter e também conter, por apelos ou discretos chamados à ordem, as trocas capazes de produzir a atmosfera de efervescência social que seus clientes vêm procurar e que se deve oferecer a eles¹⁷. A qualidade da con-

¹⁷ O pequeno comerciante e, sobretudo, o gerente de restaurante, particularmente quando detém as virtudes da sociabilidade que fazem parte dos requisitos profissionais, não são objeto de nenhuma hostilidade previsível ou regular por parte dos operários (contrariamente ao que tendem a supor os intelectuais e os membros da pequena burguesia com capital cultural, que deles estão separados por uma verdadeira barreira cultural). Eles dispõem, com bastante frequência, de uma certa autoridade simbólica — que pode

versa mantida depende da qualidade dos participantes, que depende, por sua vez, da qualidade da conversação, logo, de quem está no centro e deve saber negar a relação mercantil, afirmando sua vontade e sua capacidade de se inscrever como um participante comum no circuito das trocas — com a “ronda do gerente” ou os jogos de dados oferecidos aos fregueses habituais — e assim contribuir para colocar em suspenso as necessidades econômicas e as obrigações sociais, que se espera do culto coletivo da boa vida.¹⁸

É compreensível que o discurso articulado nesse mercado só aparente liberdade total e naturalidade absoluta para aqueles que ignoram as regras ou os princípios: assim, a eloquência apreendida pela percepção externa como uma espécie de verve desabrida não é nem mais nem menos livre em seu gênero do que as improvisações da eloquência acadêmica. Ela não ignora nem a busca do efeito, nem a atenção ao público e às suas reações, nem as estratégias retóricas destinadas a captar benevolência ou complacência; ela se apóia nos esquemas de invenção e expressão considerados mais próprios a dar àqueles que não os possuem o sentimento de assistir a manifestações fulgurantes da fineza de análise ou da lucidez psicológica ou política. Pela enorme redundância que sua retórica permite, pelo lugar que dá à repetição de formas e fórmulas rituais que são as manifestações obrigatórias de uma “boa educação”, pelo recurso sistemático às imagens concretas do mundo conhecido, pela obstinação excessiva com que reafirma, até mesmo na renovação formal, os

ser exercida até mesmo no plano político, ainda que o tema seja tacitamente tabu nas conversas dos cafés — em razão da comodidade e da segurança que detêm graças, entre outras coisas, à sua disponibilidade econômica.

¹⁸ Seria necessário verificar se, além dos gerentes dos cafés, os comerciantes e, em particular, os profissionais da “boa conversa” e da “lábria” — os camelôs e os vendedores ambulantes de feiras e mercados, e também os açougueiros e os cabeleireiros, num estilo diferente, qual seja, que corresponde a estruturas de interação diferentes —, não contribuem mais do que os operários, simples produtores *ocasionais*, para a produção de invenções ou achados.

valores fundamentais do grupo, esse discurso exprime e reforça uma visão de mundo profundamente estável e rígida. Nesse sistema de evidências, incansavelmente reafirmadas e coletivamente garantidas, que assinala para cada classe de agentes sua essência, logo, seu lugar e sua categoria, a representação da divisão do trabalho entre os sexos ocupa um lugar central, talvez porque o cultivo da virilidade, isto é, da rudeza, da força física e da grosseria ríspida, instituída como recusa eletiva do refinamento efeminado, seja uma das maneiras mais eficazes de lutar contra a inferioridade cultural na qual se encontram todos aqueles que se sentem desprovidos de capital cultural, sejam ou não ricos de capital econômico, como os comerciantes.¹⁹

No extremo oposto, na classe dos mercados abertos, o mercado de trocas entre familiares (e especialmente entre mulheres) distingue-se pelo fato de que a própria idéia de busca e de efeito está quase ausente, de maneira que o discurso que aí circula difere na forma, como se viu, daquele das trocas públicas do café: é na lógica da privação, mais do que na da recusa, que ele se define com relação ao discurso legítimo. Quanto aos mercados dominantes, públicos e oficiais ou privados eles sugerem, aos mais desprovidos econômica e culturalmente, problemas tão difíceis que, a se ater à definição dos linguajares fundados nas características sociais dos locutores que adotam implicitamente as formas da “linguagem po-

¹⁹ Essa representação assinala, no masculino, uma natureza social — a do homem “resistente” e “incansável”, avaro de confidências e que recusa os sentimentos e as sensibilidade exageradas, sólido e inteiro, “íntegro”, franco e confiável, “com o qual se pode contar” etc. —, que a dureza das condições de existência lhe impuseram, mas que ele se sente no dever de escolher porque ela se define por oposição à “natureza” feminina, fraca, doce, dócil, submissa, frágil, cambiante, sensível, sensual, e ao “invertido” (“contrário à natureza”, efeminado). Esse princípio de divisão atua no seu campo de aplicação específico, isto é, no domínio das relações entre os sexos, e também de uma maneira muito geral, impondo aos homens uma visão estrita, rígida, em uma palavra, essencialista, de sua identidade e, mais geralmente, de outras identidades sociais, para além de toda ordem social.

pular”, é preciso dizer que a forma mais freqüente dessa linguagem é o silêncio. De fato, é ainda segundo a lógica da divisão do trabalho entre os sexos que se resolve a contradição resultante da necessidade de afrontar os mercados dominantes sem se sacrificar à busca de correção. Por se admitir (e de início entre as mulheres, que podem fingir deplorá-lo) que o homem é definido pelo direito e dever de constância a si, que é constitutivo de sua identidade (“eu sou como sou”) e pode manter-se num silêncio próprio a lhe permitir salvaguardar sua dignidade viril, ele incumbe freqüentemente a mulher — socialmente definida como flexível e submissa por natureza — de fazer o esforço necessário para afrontar as situações perigosas: receber o médico, descrever-lhe os sintomas e discutir com ele acerca do tratamento, tomar as providências junto à professora ou à assistência social etc.²⁰ Segue-se que as “falhas” ligadas por princípio a uma busca infeliz de correção ou a uma preocupação de distinção mal-orientada e que, como todas as palavras deformadas, principalmente as médicas, são substituídas sem piedade pelos pequeno-burgueses — e pelas gramáticas da “linguagem popular” — são, sem dúvida, muito freqüentes entre as mulheres (e elas podem ser xingadas por “seus” homens — o que ainda é uma maneira de remeter as mulheres à sua “natureza” de afetadas e de causadoras de embarços).²¹

De fato, mesmo nesse caso, as manifestações de docilidade jamais são destituídas de ambivalência e sempre ameaçam retornar como agressividade à menor “resposta brusca”, ao menor sinal de ironia ou de distância que converta os homens em homenagens obrigatórias da dependência estatutária: aquele

²⁰ É óbvio que essas condutas estão sujeitas a variações segundo o nível de instrução da mulher e, sobretudo talvez, segundo a diferença de níveis de instrução entre os esposos.

²¹ Observa-se que, segundo essa lógica, as mulheres têm sempre suas razões em sua natureza (meio confusa). Os exemplos poderiam ser multiplicados ao infinito: no caso em que a mulher é incumbida de resolver algo, se ela tem êxito é porque era fácil; se fracassa é porque não soube fazê-lo.

que, ao entrar numa relação social muito desigual, adota de modo bastante visível a linguagem e as maneiras apropriadas, expõe-se a ser constrangido a pensar e a viver a reverência escolhida como submissão obrigatória ou servilidade interessada. A imagem do empregado doméstico, que deve uma adequação ostensiva às normas dominantes da conveniência verbal e dos uniformes, persegue todas as relações entre dominados e dominantes, e principalmente as trocas de serviços, como testemunham os problemas quase insolúveis colocados pela “remuneração”. É por isso que a ambivalência com relação aos dominantes e seu estilo de vida — tão freqüente entre os homens que exercem funções no serviço doméstico, os quais oscilam entre a inclinação à resignação ansiosa e a tentação de se permitir familiaridades que degradam os dominantes alçando-se até eles — representa, sem dúvida, a verdade e o limite da relação que os homens mais desprovidos de capital lingüístico e destinados à alternativa da grosseria e da servilidade mantêm com o modo de expressão dominante.²² Paradoxalmente, é apenas nas ocasiões em que a solenidade justifica a seus olhos que eles se situem no registro mais nobre, sem se sentirem ridículos ou servis — por exemplo, para falar do seu amor ou para manifestar sua simpatia no luto —, que eles podem adotar a linguagem mais convencional, porém a única conveniente por seu sentido para dizer as coisas graves, isto é, nas próprias ocasiões em que as normas dominantes sugerem que se abandone as convenções e todas as fórmulas feitas para manifestar a força e a sinceridade dos sentimentos.

²² A intenção de infringir uma marca simbólica (pela injúria, pela tagarelice ou pela provocação erótica, por exemplo) ao que é percebido como inacessível guarda a mais terrível confissão de reconhecimento de superioridade. Assim, como bem mostra Jean Starobinsky (1970, p. 98-154), “a conversa grosseira, longe de preencher a diferença entre os segmentos sociais, a mantém e agrava, sob o colorido de irreverência e de liberdade, transborda no sentido da degradação, é a autoconfirmação da inferioridade” (refere-se às conversas dos domésticos a propósito de Mademoiselle de Breil; cf. J.J. Rousseau, Confessions, III, in *Oeuvres Complètes*, Paris, Gallimard; Pléiade, 1959, p. 94-96).

Assim, parece que as produções lingüísticas e culturais dos dominados variam profundamente segundo sua inclinação e atitude para beneficiar-se das liberdades reguladas oferecidas pelos mercados livres, ou para aceitar as obrigações impostas pelos mercados dominantes. Isso explica que, na realidade polimorfa obtida ao se considerar todos os linguajares produzidos por todos os mercados para todas as categorias de produtores, cada um daqueles que se sente no direito ou no dever de falar do “povo” pode encontrar um suporte objetivo para seus interesses ou seus fantasmas.

PIERRE BOURDIEU (1930) é professor do Collège de France desde 1982, cadeira de Sociologia. Dentre seus inúmeros livros destacam-se *La reproduction* (1970), *Leçon sur la leçon* (1982), *Homo academicus* (1984), *La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. (1989), *Réponses: por une anthropologie réflexive* (1992), *La misère du monde* (1993) e *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action* (1994). Vários de seus livros estão traduzidos para o português e o mais recente foi editado entre nós em 1996, *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer* (original de 1992).

Referências bibliográficas

- BAUCHE, H. (1920). *Le langage populaire: Grammaire, syntaxe et vocabulaire du français tel qu'on le parle dans le peuple de Paris, avec tous les termes d'argot usuel*. Paris: Payot.
- CELLARD, J. & REY, A. (1980). *Dictionnaire du français non conventionnel*. Paris: Hachette.
- DELSAUT, Y. (1975). “L'économie du langage populaire”. *Actes de la recherche en sciences sociales* 4, jul.
- FREI, H. ([1929] 1971). *La grammaire des fautes*. Paris/Genebra: Slatkine Reprints.
- GUIRAUD, P. (1965). *Le français populaire*. Paris: Presses Universitaires de France. Col. Que sais-je?, n° 1172.
- STAROBINSKY, Jean (1970). *La relation critique*. Paris: Gallimard.
- STERNHELL, Z. (1978). *La droite révolutionnaire, 1885-1915: Les origines françaises du fascisme*. Paris: Seuil.
- WILLIS, P.E. (1978). *Profane Culture*. London: Routledge and Kegan Paul.